

## **PROJETO DE LEI N.º 01/2021**

Revisa a remuneração dos servidores públicos do Poder Legislativo e dá outras providências.

**O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ARINOS**, Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 85, inciso IV, da Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara Municipal de Arinos decreta e ele, em seu nome, sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica revisada, em 5,45% (cinco vírgula quarenta e cinco por cento), a remuneração dos servidores da Câmara Municipal, em conformidade com o disposto no inciso X do artigo 37 da Constituição Federal.

Art. 2º. O anexo V da Lei nº 1.074, 30 de junho de 2005, e o Anexo I da Resolução nº 103, de 23 de junho de 2006, passam a vigorar na forma dos Anexos I e II desta Lei.

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, garantindo seus efeitos a partir de 1º de janeiro de 2021.

Arinos, 17 fevereiro de 2021.

Vereador DONIZETE CALDEIRA  
Presidente

Vereador BERTIM VARGAS  
Vice-Presidente

Vereador DÃO SANTANA  
1º Secretário

Vereador GILMAR VENDEDOR  
2º Secretário

## **JUSTIFICATIVA**

Como é sabido, a revisão anual da remuneração dos servidores públicos deve ser feita em caráter geral, sem distinção de data e índice, conforme preconiza o art. 37, X, da Constituição da República.

A revisão geral é um direito assegurado aos servidores, de natureza reconhecidamente cogente, razão pela qual se torna necessário conceder a revisão aos servidores do Legislativo.

Ressalte-se, por fim, que o índice de 5,45% (cinco vírgula quarenta e cinco por cento) corresponde à variação anual do Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC, referente ao período de janeiro a dezembro de 2020.

Essas são as razões que nos motivam a apresentar o projeto de lei em referência, na expectativa de sua aprovação pelos ilustres vereadores.

## **DECLARAÇÃO**

Declaro, em atendimento ao disposto no art. 16, inciso II, da Lei Complementar nº 101/2000, que o Projeto de Lei que revisa a remuneração dos servidores da Câmara Municipal tem adequação orçamentária e financeira com a Lei Orçamentária Anual, com o Plano Plurianual e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Por ser verdade, firmo a presente declaração.

Arinos, 17 de fevereiro de 2020.

Vereador DONIZETE CALDEIRA  
Presidente